



InfoSNESup 192

Newsletter Setembro de 2013 – 1ª quinzena

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

SUMÁRIO

QUANDO O INÍCIO PARECE O FIM

REQUALIFICAÇÃO:

ANTES DE SER JÁ FOI... MAS AINDA NÃO ACABOU

SNESup REUNIU COM O SECRETÁRIO
DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR

RPSD UC ESTEVE EM DISCUSSÃO PÚBLICA

RAD DO IPLeiria PUBLICADO
E RPSD EM DISCUSSÃO PÚBLICA

DOCENTES DA UNIVERSIDADE FERNANDO
PESSOA COM CARGAS LETIVAS INADMISSÍVEIS

UM VERÃO EM QUE DERAM À COSTA VÁRIOS DIPLOMAS

O SNESup no FACEBOOK

DIÁRIO DA REPÚBLICA

EVENTOS

QUANDO O INÍCIO PARECE O FIM

Depois de alguns dias em que as notícias circularam à volta dos dados dos candidatos ao Ensino Superior e as vagas preenchidas ou por preencher (e onde se ouviram muitas atoardas e nenhuma preocupação estratégica com o futuro do Ensino Superior e como as vagas devem ser vistas em função deste e não o contrário), voltaremos certamente a outro dos temas da época: o Orçamento para 2014.

Este é um ano letivo que se inicia com velhos e agudizados problemas. As verbas que serão transferidas do Orçamento de Estado para as instituições de ensino superior públicas serão novamente, ao que se prevê e foi já anunciado pelos responsáveis ministeriais, no próximo ano reduzidas. Só entre 2010 e 2013 este valor diminuiu 31%, sendo mesmo o valor mais baixo desde 1999 (fonte: Direção Geral do Orçamento). E prevê-se que no próximo ano a diminuição seja de 1,4% em relação a 2013.

Todos temos vindo a fazer o possível e impossível para não abdicar da qualidade do trabalho que fazemos, da qualidade que nos exigem e à qual temos orgulho em corresponder. E é certamente com esse espírito que iniciamos todos um novo ano letivo. Mas chegará o dia em que deixará de ser possível fazer omeletes sem ovos. E esse dia parece estar cada vez mais perto. Cabe-nos a todos não deixar que este seja o início do fim.

REQUALIFICAÇÃO: ANTES DE SER JÁ FOI... MAS AINDA NÃO ACABOU

É comum dizer-se que o que nasce torto tarde ou nunca se endireita. A ideia do Governo em criar um sistema de requalificação foi um processo que nasceu atribulado e atormentado (e atormentando) continuou. Desde o início o Secretário de Estado da Administração Pública insistia numa fórmula que todos diziam ter inúmeras falhas algumas delas tão graves que até contrariavam a própria constituição. O SNESup, que mais uma vez teve de colocar uma intimação em tribunal para poder ser ouvido por este Secretário de Estado, [não deixou de chamar a atenção](#), desde o primeiro momento, para o que entendia serem propostas inaceitáveis, imorais e até inconstitucionais. Disse-o e apresentou-o ao Secretário de Estado Hélder Rosalino e na Assembleia da República. Mas o Governo insistiu em manter a proposta que foi aprovada na Assembleia da República antes de esta ir para férias.

O [Acórdão n.º 474/2013 do Tribunal Constitucional](#) relativo ao pedido de apreciação preventiva da constitucionalidade de normas do Decreto em causa pelo Presidente da República veio ao encontro de algumas das críticas feitas pelo SNESup bem como aos pontos concretos de inconstitucionalidade identificados.

Hélder Rosalino teve a resposta que se adivinhava. Vai agora ter de alterar o que durante alguns meses se recusou a fazer. Mas, ao que se vai conhecendo pela comunicação social, as alterações preconizadas não são as melhores. Uma coisa parece certa: o objetivo principal deste diploma não deixará de ser perseguido pelo seu mentor. Aguardemos as cenas dos próximos capítulos.

SNESup REUNIU COM O SECRETÁRIO DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR

O SNESup reuniu no passado dia 3 com o Secretário de Estado do Ensino Superior José Ferreira Gomes. Sendo uma primeira reunião foram debatidas perspetivas mais gerais sobre o Ensino Superior ficando o compromisso do Secretário do Estado em reunir em breve com o SNESup para analisar um conjunto de propostas que lhe apresentámos.

Saiba mais sobre a reunião e [conheça as propostas apresentadas aqui](#)

RPSD UC ESTEVE EM DISCUSSÃO PÚBLICA

A Universidade de Coimbra (UC) colocou em discussão pública o projeto de [Regulamento de Prestação de Serviço dos Docentes](#) (RPSD) até ao passado dia 15 de setembro.

Atendendo à importância de um documento desta natureza e às propostas nele vertidas seria de esperar que o mesmo estivesse em discussão pública em outra altura do ano. Em todo o caso, certamente os docentes da Universidade de Coimbra terão reparado, pelo menos:

- na falta da previsão expressa de mecanismos de contabilização e compensação das cargas letivas excessivas tal como previsto no ECDU (alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio);
- que se prevê perfis de docentes em que o perfil de ensino (artigo 27º) define que os docentes que optem por este perfil lecionem entre 12 e 18 horas semanais sendo ainda obrigados a assinar uma declaração atestando que aceitam a carga horária em causa, o que não nos parece de todo aceitável;

- ou que a redação prevista para as férias (artigo 12º) adultera o preconizado pelo ECDU na redação dada pela também Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, e que não estão assim salvaguardados os seus direitos nesta matéria

O SNESup aguarda agora que lhe seja enviada a versão final do projeto de Regulamento em causa para se pronunciar sobre o mesmo.

RAD DO IPEiria PUBLICADO E RPSD EM DISCUSSÃO PÚBLICA

Depois de o Instituto Politécnico de Leiria (IPEiria) ter iniciado o processo de elaboração do Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes (RAD) ainda em 2010 só no passado mês de agosto este viu a luz do dia ao ser [publicado em Diário da República](#).

Se várias das [propostas apresentadas pelo SNESup](#) acabaram por ficar esquecidas é deveras preocupante que não se tenha procedido a qualquer alteração sobre as grelhas propostas e que mereceram então diversas e quase unânimes críticas. Outras instituições que também teimosamente insistiram em manter grelhas desajustadas da realidade e do trabalho desenvolvido pelos seus docentes viram-se depois obrigadas a rever as mesmas e alterar os regulamentos publicados. Estamos em crer que o IPEiria terá de seguir o mesmo caminho quando for confrontado com os primeiros resultados. Um caminho que poderia ter sido evitado.

Entretanto o IPEiria colocou em discussão pública no passado dia 8 de agosto o projeto de [Regulamento de Prestação de Serviço Docente](#) (RPSD) tendo enviado o mesmo ao SNESup para pronúncia até ao dia 11 de outubro, dia em que termina o prazo da discussão pública. Sem prejuízo de vir a apresentar contributos até essa data o SNESup não deixará de recordar ao IPEiria que a sua pronúncia terá de ser realizada sobre a versão final que resulte da discussão pública.

DOCENTES DA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA COM CARGAS LETIVAS INADMISSÍVEIS

Chegaram ao SNESup denúncias de atribuição generalizada de cargas letivas absolutamente inadmissíveis aos docentes da Universidade Fernando Pessoa que "sobreviveram" aos recentes despedimentos. São, na generalidade dos casos, horários superiores a 20h por semana chegando mesmo a atingir as 25h/semanas em três ou

mais unidades curriculares diferentes. Este excesso de horas letivas reflete o total desinteresse dos órgãos dirigentes da instituição pela qualidade do ensino ministrado na Universidade já que é completamente inoportuno para qualquer docente assegurar a qualidade de ensino que se exige no ensino superior (já para nem falar na investigação ou demais funções).

Infelizmente trata-se de mais um caso de uma Instituição do Ensino Superior Particular e Cooperativo que manifesta um total desrespeito pelo seu corpo docente, pelas suas condições de trabalho e dignidade esquecendo-se que ao fazê-lo está também a ferir de morte a qualidade do ensino ministrado. Até quando irá a tutela continuar a manter os olhos fechados?

UM VERÃO EM QUE DERAM À COSTA VÁRIOS DIPLOMAS

Este foi um verão em que nem todos foram a banhos. Agosto foi um mês em que muita legislação que aproveitou a maré para dar à costa e, alegadamente, apanhar desprevenidos os veraneantes mais serenos, mas importa tomar em atenção alguns diplomas:

No dia 7 foi publicado o [Decreto-Lei n.º 115/2013](#) que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, que aprova o Regime Jurídico dos Graus Académicos e Diplomas do Ensino Superior. Esta é, como dissemos em maio em "[Há revisões e revisões](#)", uma alteração que não se cinge apenas à creditação mas que, por exemplo, marca ainda mais uma separação entre o ensino politécnico e o ensino universitário no que toca aos graus académicos e diplomas e requisitos do seu corpo docente para os poder conferir.

Em 27 de agosto foi publicada a [Lei n.º 63/2013](#), relativa à instituição de mecanismos de combate à utilização indevida do contrato de prestação de serviços em relações de trabalho subordinado. Esta Lei introduz alterações no procedimento processual relativo aos falsos contratos de prestação de serviços, por exemplo, reforçando o papel da Autoridades para as Condições do Trabalho (ACT) e do Ministério Público.

No dia 29 foi publicada a [Lei n.º 68/2013](#), que estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas em oito horas por dia e quarenta horas por semana. No que respeita expressamente ao Ensino Superior e às cargas letivas voltamos a lembrar que os limites máximos de horas letivas semanais estão regulamentadas no ECDU e no ECPDESP e que não podem ser ultrapassadas, não tendo a presente Lei qualquer implicação nesta matéria.

O SNESup no FACEBOOK

Já visitou o SNESup no Facebook? O perfil do SNESup no facebook criado em Março de 2011 conta com mais de 1200 amigos e de 100 seguidores. Siga-nos em <https://www.facebook.com/SNESup>

DIÁRIO DA REPÚBLICA

[Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto](#)

- Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas e procede à quinta alteração à [Lei n.º 59/2008](#), de 11 de setembro, à quarta alteração ao [Decreto-Lei n.º 259/98](#), de 18 de agosto, e à quinta alteração à [Lei n.º 2/2004](#), de 15 de janeiro

[Lei n.º 63/2013, de 27 de agosto](#)

- Instituição de mecanismos de combate à utilização indevida do contrato de prestação de serviços em relações de trabalho subordinado - primeira alteração à [Lei n.º 107/2009](#), de 14 de setembro, e quarta alteração ao Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 480/99](#), de 9 de novembro

[Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto](#)

- Procede à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 74/2006](#), de 24 de março, que aprova o regime jurídico dos graus académicos e diplomas do ensino superior, em desenvolvimento do disposto nos artigos 11.º a 17.º da [Lei n.º 46/86](#), de 14 de outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo)

EVENTOS

CALL FOR PAPERS/ABSTRACTS IN SCIENTIFIC MEETINGS

II Congresso Internacional o Desporto e o Mar

Universidade da Madeira e Clube Naval do Funchal

1-3 novembro

Entrega de resumos até 29 de outubro

<http://www.clubenavaldofunchal.com/Default.aspx?ID=1808>

OUTROS EVENTOS

Colóquio Internacional "1813-2013: duzentos anos de recepção do texto seminal "Sobre os Diferentes Métodos de Traduzir", de Friedrich Schleiermacher" e VII Colóquio de Estudos de Tradução em Portugal

24-25 outubro

Faculdade de Letras-Universidade de Lisboa

<http://www.etc.ulices.org/Schleiermacher.2013/Welcome.html8>

3.ª Conferência do Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa

4-6 dezembro

Brasil - Recife -Universidade Federal de Pernambuco

<http://www.aforges.net/>

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

www.snesup.pt

Lisboa – Avenida 5 de Outubro, 104, 4º – 1050-060 LISBOA

Porto - Praça Mouzinho de Albuquerque, 60 1º – 4100-357 PORTO

Coimbra – Estrada da Beira, 503, R/C, A – 3030-173 COIMBRA